

## **PROCURAÇÃO**

OUTORGANTE: SELECT HOTEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.772.626/0001-65, com sede em Palmas, Tocantins, na quadra 102 sul, conjunto 02, lote 02, CEP.: 77020-008, telefone: (63) 93322.3322 – e-mail: [atendimento@selecthotel.com.br](mailto:atendimento@selecthotel.com.br). – Representada por seus diretores, Diogo Ricardo Chagas de Freitas e Roberta Miranda Ciotti Freitas, brasileiros, casados entre si, empresários, ele portador do CPF: 011.450.005-33, ela portadora do CPF: 001.429.251-36, ambos residentes e domiciliados no residencial montesse, na quadra 204 sul, apto 201-A, Palmas, Tocantins, e-mail de ambos: [atendimento@selecthotel.com.br](mailto:atendimento@selecthotel.com.br). E telefone: (63) 3322.3322.

OUTORGADA: MARIA TEREZA MIRANDA, brasileira, advogada, inscrita na OAB/TO sob o nº 941, com escritório profissional em Palmas, Tocantins, na quadra 102 sul, conjunto 02, lote 02, CEP.: 77020-008, telefone: (63) 98111.3939 – e-mail: [atendimento@selecthotel.com.br](mailto:atendimento@selecthotel.com.br).

### **PODERES:**

Pelo presente instrumento particular de mandato, o OUTORGANTE nomeia e constitui sua bastante procuradora a OUTORGADA, conferindo-lhe poderes amplos, gerais e ilimitados para representar a outorgante perante o SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC/TO, em especial no âmbito do Pregão Presencial nº 000001-26-PG, podendo atuar de forma isolada e independente, sem prejuízo da atuação concomitante dos sócios da empresa, para:

- 1) apresentar propostas;
- 2) praticar todos os atos inerentes ao certame;
- 3) acompanhar sessões públicas;
- 4) prestar esclarecimentos;
- 5) apresentar, complementar e/ou ratificar documentos;
- 6) interpor recursos administrativos, apresentar contrarrazões, memoriais e manifestações;
- 7) requerer diligências;
- 8) firmar declarações;
- 9) receber notificações e intimações;
- 10) assinar documentos, requerimentos e peças administrativas;
- 11) praticar todos os atos necessários à defesa dos interesses da empresa no procedimento licitatório;

podendo, ainda, substabelecer com ou sem reserva de poderes.

A presente procuração é válida para todos os atos relacionados ao certame acima indicado, inclusive fase recursal e eventuais desdobramentos administrativos.

Palmas/TO, 23 de abril de 2026.



Diogo Ricardo Chagas de Freitas/Roberta Miranda Ciotti Freitas

Sócio-Diretor – Select Hotel Ltda (07.772.626/0001-65).



**Ilmo. Sr.**

Diretor (a) Jurídico (a) da Administração Regional do Sesc/TO

Por intermédio do (a) Sr. (a) Pregoeiro (a)

Item 13.3.4: "Os Recursos (...) deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, que deverá (...) encaminhar para decisão da Autoridade Competente."

13.1 Da decisão da Comissão de Licitação relativa ao julgamento desta licitação caberá recurso fundamentado, dirigido ao Sr. Diretor Jurídico da Administração Regional do Sesc/TO, por escrito e protocolado original, por meio da Comissão de Licitação, no prazo de 2 (dois) dias úteis<sup>3</sup>, a contar da data da divulgação da decisão.

Ref.: Pregão Presencial nº 000001-26-PG

Recorrente: SELECT HOTEL LTDA

SELECT HOTEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.772.626/0001-65, por sua advogada, vem respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no edital e na legislação aplicável, interpor o presente, requerendo desde já o cumprimento do **item 13.3.4**.

### RECURSO ADMINISTRATIVO

em face de sua inabilitação, pelas razões a seguir expostas:

#### **1. DOS FATOS**

A recorrente participou regularmente do certame, tendo apresentado a proposta mais vantajosa. Nos termos do **item 8.1** do edital, os envelopes de proposta e habilitação foram regularmente apresentados na sessão pública realizada em **24/04/2026, às 09h**.

Na fase de habilitação, nos termos do **item 8.2, alínea "a.1"**, caberia ao Pregoeiro promover a abertura e verificação da documentação do licitante classificado em primeiro lugar.

A recorrente apresentou envelope contendo documentação mínima, por interpretação procedimental de que a documentação completa seria exigida após a declaração da vencedora. Entretanto, toda a **documentação exigida pelo edital já se encontrava integralmente disponível no momento da sessão pública**, em posse do representante da empresa, acondicionada em envelope, pronta para imediata apresentação.



### 1.1. DA PROVA OBJETIVA – VERDADE MATERIAL - VALIDADE E REGULARIDADE

Importa destacar que a totalidade da documentação de habilitação da recorrente, não recebida pela pregoeira no momento da declaração de sua classificação, encontrava-se **fisicamente presente na sala de sessão**, à disposição imediata da Comissão de Licitação, sob posse do representante legal da empresa. Ressalte-se, ainda, que tal circunstância foi expressamente levada ao conhecimento da Comissão durante a própria sessão pública, tendo a recorrente requerido, conforme consignado em ata (a ser conferido), a realização da verificação da documentação então disponível, o que foi indeferido pela Presidente da Comissão naquele momento.

- Tal situação evidencia, de forma inequívoca, que **não houve ausência documental**, mas apenas questão atinente à forma de apresentação, sendo certo que os documentos eram preexistentes, estavam acessíveis e passíveis de conferência imediata.

Diante disso, a recusa na análise da documentação, mesmo diante de sua disponibilidade concreta e do requerimento expresso da recorrente, configura afronta ao princípio da **verdade material**, que impõe à Administração a busca da realidade dos fatos, bem como ao princípio do **formalismo moderado**, amplamente reconhecido na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, segundo o qual falhas meramente formais não devem conduzir à inabilitação quando não houver prejuízo à competitividade ou risco à lisura do certame.

Ademais, o próprio edital, em seu **item 14.5**, estabelece que a diligência é obrigatória nos casos de vícios sanáveis, o que reforça que, diante da existência da documentação e de sua imediata disponibilidade, a providência adequada seria a sua verificação, e não a inabilitação automática da recorrente.

No mais, a referida documentação encontra-se **integralmente anexada ao presente recurso**, contendo datas de expedição posteriores à publicação (14/04/2026) do certame e imediatamente anteriores à realização da sessão (24/04/2026), o que demonstra sua **preexistência, validade e regularidade**.

Assim, resta inequívoco que **não há qualquer indício de fraude, inovação documental ou tentativa de obtenção de vantagem indevida**, tratando-se exclusivamente de questão formal quanto ao momento de apresentação.

Ainda assim, houve recusa no recebimento da documentação e consequente inabilitação.

## 2. DA NATUREZA DO VÍCIO: ERRO FORMAL SANÁVEL

O **item 3.1** do edital estabelece a necessidade de apresentação da documentação em envelopes distintos.

Todavia, o próprio **item 3.1.1** - dispõe que eventual inconsistência poderá acarretar eliminação, **não sendo regra absoluta**, mas condicionada à análise do caso concreto.





No presente caso, não houve ausência documental, mas mera inadequação na forma de apresentação.

Todos os documentos:

- a) já existiam antes da sessão (preexistência da documentação in loco);
- b) estavam disponíveis no local;
- c) estavam em posse do representante;
- d) eram passíveis de verificação imediata, conforme **item 14.5** do edital.

Ressalte-se que tais documentos estavam fisicamente dentro da sala de sessão e encontram-se anexados ao presente recurso, **com datas compatíveis com o certame**, afastando qualquer hipótese de posterioridade ou fraude.

### 3. DO DEVER DE DILIGÊNCIA (ITEM 14.5 DO EDITAL)

O edital é expresso ao prever:

**Item 14.5:** “O Pregoeiro poderá, a qualquer tempo e em qualquer fase da licitação, solicitar diligência aos licitantes (...) sendo obrigatório nos casos de erros formais ou vícios sanáveis.”

O item 14.5 - Pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer em qualquer fase da licitação, solicitar diligência aos licitantes, por escrito, informações adicionais sobre a documentação e as propostas apresentadas. Sendo obrigatório nos casos de erros formais ou vícios sanáveis. O não atendimento da solicitação no prazo estabelecido poderá implicar desclassificação e/ou inabilitação do licitante.

O caso concreto se enquadra exatamente nessa hipótese:

- a) erro formal;
- b) documentos preexistentes;
- c) ausência de prejuízo à competição.

Logo, a diligência não era faculdade, mas **dever imposto pelo próprio edital**.

### 4. DO ART. 64 DA LEI Nº 14.133/2021

“**Art. 64.** A Administração poderá, em qualquer fase do processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo (...)”

No presente caso, **não** houve inclusão de documento novo, mas apenas possibilidade de apresentação de documentação já existente.

### 5. DA FINALIDADE DA REGRA DO ITEM 3.3.5.1.1

O **item 3.3.5.1.1** do edital dispõe: “Após a leitura não será permitido recebimento de nenhum envelope de habilitação e proposta.”



- Tal regra possui finalidade específica de evitar fraudes e inclusão de documentos posteriores à sessão.

Entretanto, no caso concreto:

- a) os documentos eram preexistentes;
- b) estavam na sessão;
- c) estavam sob posse do representante;
- d) poderiam ser imediatamente verificados.

Portanto, a **aplicação literal da regra, sem considerar sua finalidade**, conduz a formalismo excessivo.

## 6. DA NATUREZA JURÍDICA DO SESC E DA SUBMISSÃO AOS PRINCÍPIOS PÚBLICOS

Embora o SESC seja pessoa jurídica de direito privado, integrante do denominado “Sistema S”, não se trata de entidade totalmente dissociada do regime jurídico público.

Isso porque suas atividades são custeadas por contribuições de natureza parafiscal, motivo pelo qual se submete ao controle externo do Tribunal de Contas da União, inclusive quanto à aplicação de recursos e observância dos princípios da Administração Pública.

A Constituição Federal dispõe, em seu **art. 70**, que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial alcança todas as entidades que administrem recursos públicos.

Nesse contexto, o Tribunal de Contas da União exerce controle sobre o SESC, exigindo a observância de princípios como:

- a) legalidade; b) impessoalidade; c) moralidade; d) eficiência; e) economicidade.

Assim, ainda que não se trate de ente da Administração Pública direta ou indireta, suas licitações devem observar tais princípios, bem como a **jurisprudência consolidada do TCU**.

## 7. DA APLICABILIDADE DO ENTENDIMENTO DO TCU

Diante da submissão ao controle do Tribunal de Contas da União, os entendimentos daquela Corte possuem caráter orientador obrigatório para entidades do Sistema S.

Nesse sentido:

**Acórdão 1.214/2013 – Plenário (TCU):**

“O formalismo deve ser moderado, admitindo-se a correção de falhas que não comprometam a essência.”



**Acórdão 2.622/2013 – Plenário (TCU):**

“A Administração deve evitar o excesso de formalismo, privilegiando a verdade material.”

**Acórdão 1.793/2011 – Plenário (TCU):**

“É irregular a inabilitação quando a falha puder ser suprida por diligência e os documentos comprovarem condição preexistente.”

Conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, consubstanciado no Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário, é irregular a inabilitação de licitante quando a falha puder ser suprida por diligência, especialmente quando os documentos comprovam condição preexistente à sessão.

Assim, a manutenção da inabilitação, **diante de documentos preexistentes e disponíveis para verificação imediata, não apenas contraria o edital, como também viola entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União**, conduzindo a resultado incompatível com a finalidade do procedimento licitatório e com a busca da proposta mais vantajosa.

Logo, a interpretação do edital deve ser compatível com tais diretrizes.

**8. DA INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO À ISONOMIA**

Não houve:

- a) alteração da proposta;
- b) vantagem competitiva;
- c) inovação documental.

Apenas se buscou comprovar condição já existente.

**9. DO INTERESSE PÚBLICO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Nos termos do **item 9.1** do edital, o julgamento se dá pelo critério de **menor preço global**.

- a) A recorrente apresentou a melhor proposta. b) Sua inabilitação por formalidade compromete a finalidade do certame.

**10. DA VIOLAÇÃO AO ITEM 2.2 DO EDITAL E DO COMPROMETIMENTO DA FINALIDADE DO SIGILO DA PROPOSTA**

O **item 2.2** do edital estabelece de forma expressa:

“O preço referencial desta licitação é sigiloso, a fim de propiciar propostas mais econômicas e competitivas no certame.”

Tal previsão não constitui mera formalidade, mas sim diretriz estruturante do certame, voltada à preservação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.





O sigilo do preço referencial tem como finalidade:

- a) evitar que os licitantes ajustem suas propostas ao limite máximo da Administração;
- b) estimular a apresentação de preços mais competitivos;
- c) assegurar a efetiva economicidade da contratação.

Entretanto, a eventual manutenção da inabilitação da recorrente — que apresentou a melhor proposta — compromete diretamente essa lógica.

Isso porque:

- a) afasta a proposta mais econômica do certame;
- b) reduz artificialmente a competitividade;
- c) **conduz à possível contratação por valor superior;**
- d) esvazia a finalidade prática do sigilo do preço referencial.

Em outras palavras, há clara contradição entre: **a adoção do sigilo do preço para maximizar a eficiência econômica e a exclusão da proposta mais vantajosa por formalidade sanável.**

Além disso, ao inviabilizar a análise da proposta mais econômica, a Administração acaba por comprometer o próprio objetivo do edital, que é assegurar uma disputa efetiva e vantajosa.

Nesse sentido, a interpretação das regras editalícias deve ser realizada de forma sistemática e finalística, de modo a preservar sua coerência interna.

Assim, a manutenção da inabilitação da recorrente não apenas configura excesso de formalismo, como também implica violação indireta ao **item 2.2** do edital, na medida em que impede a concretização da finalidade para a qual o sigilo do preço referencial foi instituído.

Dessa forma, a reforma da decisão é medida necessária não apenas para correção do vício formal, mas também para garantir a integridade lógica do certame e a efetiva observância de suas próprias regras.

## **11. DA PRIMAZIA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA E DA COERÊNCIA NA ANÁLISE DOS LICITANTES**

Cumprido destacar que a condução do certame deve observar, além das regras editalícias, os princípios da isonomia, da razoabilidade, da eficiência e, sobretudo, da busca da proposta mais vantajosa.

- No presente caso, a recorrente apresentou a melhor proposta, sendo classificada em primeiro lugar pelo critério de menor preço global.



A jurisprudência administrativa, inclusive do Tribunal de Contas da União, orienta que o procedimento licitatório deve privilegiar a seleção da proposta mais vantajosa, evitando-se soluções que, por apego excessivo à forma, comprometam o interesse público.

Assim, a primazia da proposta mais vantajosa, impõe que seja oportunizada a regularização da documentação da recorrente, especialmente diante da comprovada preexistência dos documentos e da ausência de qualquer indício de fraude.

## 12. CONCLUSÃO

- a) Trata-se de erro formal sanável;
- b) os documentos eram preexistentes;
- c) estavam presentes na sessão;
- d) possuem datas compatíveis com o certame;
- e) não há indício de fraude;
- f) **o edital impõe a realização de diligência;**
- g) a comissão tinha ciência da documentação;
- h) a interpretação deve observar os princípios aplicáveis e o entendimento do TCU.

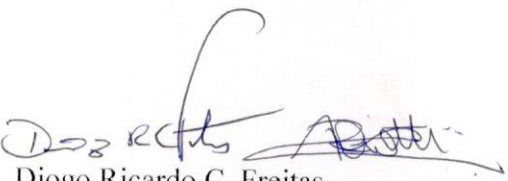
## 13. O PEDIDO. Diante de todo o exposto, requer:

- a) o conhecimento e provimento do presente recurso;
- b) a reconsideração da decisão de inabilitação;
- c) o reconhecimento do vício como formal e sanável;
- d) a recepção e análise da documentação contemporânea (entre a data da publicação até dia e hora do certame), preexistente, anexada ao recurso.
- e) a realização de diligência, nos termos do **item 14.5** do edital;
- f) a habilitação da recorrente;
- g) a manutenção da proposta mais vantajosa, com sua homologação como vencedora do certame.

Pede deferimento.

Palmas/TO, 28 de abril de 2026.

Maria Tereza Miranda  
OAB/TO 944

  
Diogo Ricardo C. Freitas  
CNPJ: 07.772.626/0001-65